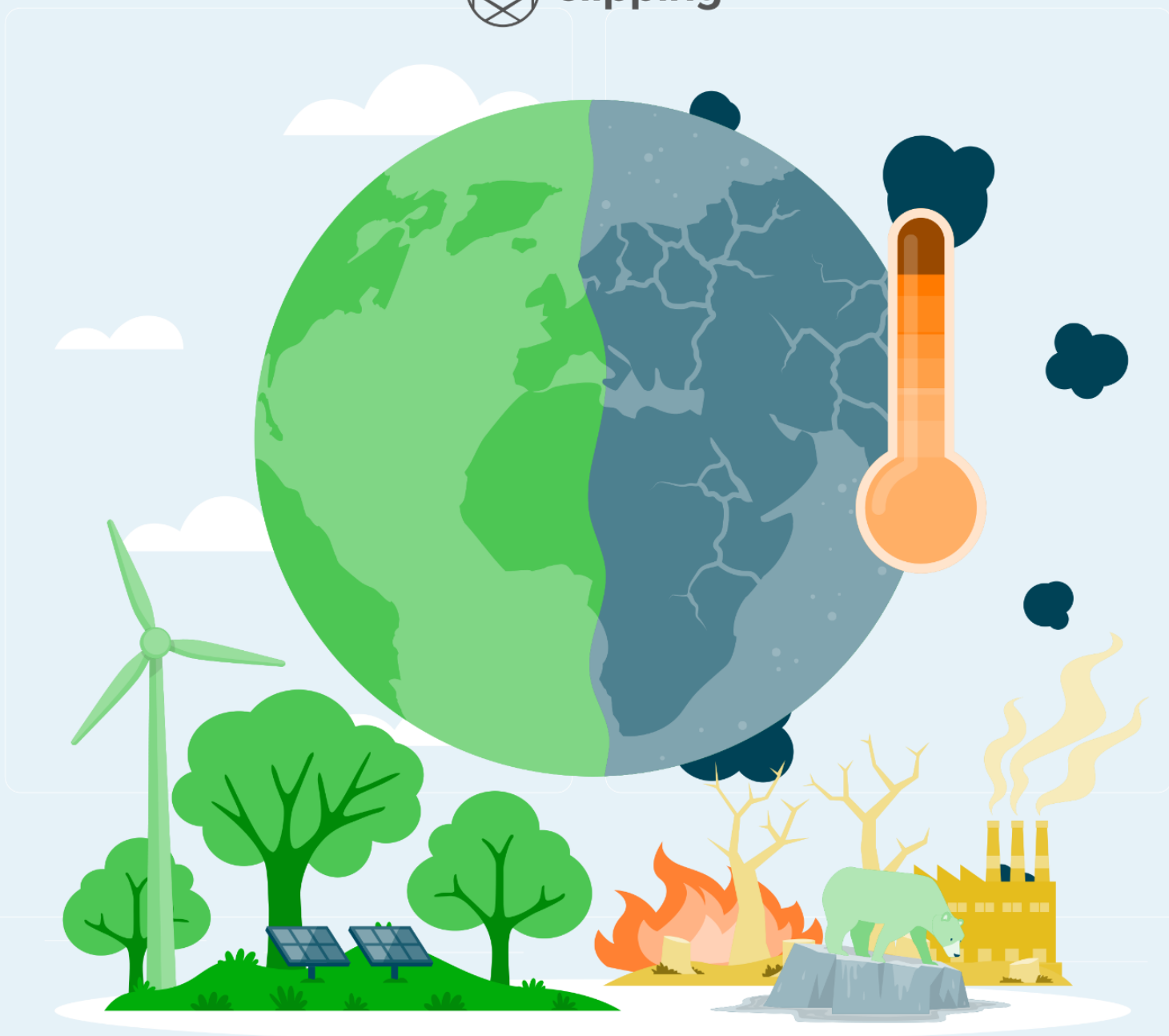


Resumo discursivas CACD 2024:

Clima e Desenvolvimento



clipping



Termos e licença de uso

Não pirateie nosso conteúdo! Nossa equipe se dedica arduamente para proporcionar o melhor conteúdo a preços acessíveis. Se você aprecia nosso trabalho e considera nosso conteúdo digno de compartilhamento, apoie o Clipping [assinando aqui](#).

Entretanto, lembramos que todos os nossos resumos são protegidos por **direitos autorais**. O compartilhamento do conteúdo disponibilizado na plataforma de aprendizagem resultará em **sanções legais** conforme estabelecido no artigo 103, parágrafo único, da Lei 9.610/98. Ajude-nos a preservar nosso trabalho e evite complicações legais.

Olá amigos e amigas do Clipping!

Preparamos um novo material especialmente desenvolvido para auxiliar os candidatos na preparação para as questões discursivas do CACD. Nosso objetivo é proporcionar um guia claro, organizado e alinhado aos critérios exigidos pela banca, reunindo os principais conteúdos que podem ser utilizados na elaboração das respostas. Este formato inovador integra os *tópicos exigidos pela banca conforme o padrão de respostas* com a doutrina de aula e leituras, além de notícias selecionadas do nosso *Clipping de Notícias*, oferecendo informações atualizadas e contextualizadas.

O guia está organizado conforme o próprio padrão fornecido pela banca. São dez quesitos contextualizados de forma pragmática, para o aluno compreender como as informações apreendidas ao longo dos estudos podem ser aplicadas na prática.

Caiu na prova/Resumo: discursivas

A primeira questão da prova discursiva de Política Internacional do CACD 2024 desafiou os candidatos a analisarem a atuação da política externa brasileira nas áreas de clima e desenvolvimento, um tema estratégico e cada vez mais urgente no cenário global.

O enunciado contextualizou o tema com excertos que destacam os impactos das mudanças climáticas sobre populações vulneráveis e os desafios futuros para a governança climática. A partir disso, os candidatos deveriam desenvolver uma resposta com base em 10 quesitos que exploram a dimensão multilateral, as iniciativas domésticas e as perspectivas brasileiras para a transição energética e o desenvolvimento sustentável.

-- PROVA ESCRITA DE POLÍTICA INTERNACIONAL --

QUESTÃO 1

Agora que o mundo enfrenta eventos climáticos cada vez mais extremos, torna-se imperativo repensar o modelo de desenvolvimento global e a interconexão de políticas e processos. Quando esses eventos ocorrem na periferia do sistema, são potencializados pelos danos históricos causados pela expropriação da natureza e afetam de maneira muito mais grave as populações periféricas das cidades, os povos indígenas e as comunidades tradicionais no campo e na floresta.

Sonia Guajajara. Prefácio. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024 (com adaptações).

Thelma Krug, ex-vice-presidente do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, assim se manifestou durante o evento paralelo do G20 intitulado **States of The Future**, realizado entre 22 e 26 de julho de 2024, no Rio de Janeiro: "Ainda que as emissões de gases de efeito estufa sejam paralisadas, os temporais e enchentes no Rio Grande do Sul, as secas severas e queimadas no Pantanal e na Amazônia vão se tornar mais frequentes, além da elevação do nível do mar, impactando cidades costeiras como o Rio de Janeiro. Vejo grandes desafios para os Estados no futuro e esses desafios serão tão maiores quanto maior for o aquecimento global."

Neste resumo, analisaremos os quesitos apresentados, explorando os principais conceitos e dados relacionados ao tema.

Quesito 1. O regime multilateral de mudança do clima, papel e conteúdo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é um tratado internacional adotado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio-92). Ela estabelece as bases para a coordenação de esforços globais no enfrentamento das mudanças climáticas, com o objetivo principal de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em níveis que evitem interferências perigosas no sistema climático.

Um dos princípios fundamentais da UNFCCC é o de “**responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades**”. Esse princípio reconhece que, embora todos os países compartilhem a responsabilidade de combater as mudanças climáticas, os países desenvolvidos têm maior responsabilidade histórica pelas emissões e, portanto, devem liderar os esforços de mitigação e adaptação.

Nesse sentido, é importante destacar que, para a divisão de responsabilidades, os países signatários da Convenção foram organizados em três grupos:

- **Países do Anexo I** (países desenvolvidos e países com economias em transição; por terem maior responsabilidade histórica, devem adotar medidas correspondentes);
- **Países do Anexo II** (países desenvolvidos com obrigação adicional de prestar recursos aos países em desenvolvimento). Têm igualmente a obrigação de facilitar a transferência de tecnologias propícias à preservação do clima, tanto para países em desenvolvimento quanto para os países com economia em transição.
- **Não anexo I** (Países em desenvolvimento)

O Brasil assinou a UNFCCC em 1992 e a ratificou em 1994, ano de sua entrada em vigor. Os países membros da Convenção reúnem-se periodicamente nas reuniões chamadas **Conferência das Partes (COPs)**, estabelecida como o órgão supremo.

As COPs são realizadas anualmente entre os países signatários para avaliar o progresso das ações climáticas, negociar novos compromissos e revisar a implementação dos acordos existentes. Desde a primeira COP, realizada em Berlim em 1995, essas conferências têm sido o principal fórum global para a coordenação de esforços climáticos, resultando em marcos como o **Protocolo de Quioto (1997)** e o **Acordo de Paris (2015)**.

Quesito 2. Protocolo de Quioto e Acordo de Paris: principais obrigações, inovações e metas

Em 1997, o Protocolo de Quioto, complementar à UNFCCC, estabeleceu metas quantitativas legalmente obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos e em transição econômica, listados no Anexo I da UNFCCC.

Durante o primeiro período de compromisso (2008-2012), a meta era reduzir, em média, 5,2% das emissões de gases de efeito estufa em relação aos níveis de 1990.

Em 2012, durante a COP 18, realizada em Doha, foi aprovada a **Emenda de Doha**, que estabeleceu um segundo período de compromisso para o Protocolo de Quioto, abrangendo os anos de 2013 a 2020. Essa emenda fixou a meta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 18% em relação aos níveis de 1990, um objetivo mais ambicioso do que os 5% estipulados originalmente pelo Protocolo de Quioto. No entanto, a Emenda de Doha só entrou em vigor oito anos após sua aprovação, em 2020, quando alcançou o número necessário de 144 ratificações.

Para alcançar as metas previstas no Protocolo de Quioto, foram desenvolvidos mecanismos de flexibilização, como o **Comércio de Emissões**, o **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)** e a **Implementação Conjunta**, que permitem a

negociação de créditos de carbono e a realização de projetos de mitigação em países em desenvolvimento.

Diferentemente do Protocolo de Quioto, o **Acordo de Paris**, adotado em 2015 durante a COP 21 e em vigor desde 2016, representou uma abordagem mais inclusiva e ambiciosa. Ele estabelece **compromissos para todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento**, embora respeite o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Seu objetivo central é limitar o aumento da temperatura global a menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, com esforços para restringi-lo a 1,5°C.

Ao aderir ao Acordo de Paris, cada país signatário apresenta sua "**Contribuição Nacionalmente Determinada**" (**NDC**), documento que formaliza os compromissos assumidos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e enfrentar os impactos das mudanças climáticas. As NDCs constituem o principal mecanismo pelo qual os países, de maneira soberana, estabelecem suas metas e estratégias climáticas, considerando suas particularidades econômicas, sociais e ambientais.

O Brasil, por exemplo, apresentou sua nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) durante a COP 29, em Baku, no Azerbaijão. **A nova NDC estabelece a meta de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa do País entre 59% e 67% até 2035, em comparação aos níveis de 2005.**

 Confira mais sobre o tema:

 [Brasil entrega à ONU nova NDC alinhada ao Acordo de Paris](#)

Quesito 3. Papel do Brasil na composição do regime climático

O Brasil destaca-se como um importante ator na estruturação da arquitetura internacional da agenda ambiental-climática.

As características naturais do país o tornam uma referência no tema: o Brasil conta com a maior biodiversidade do mundo; a maior extensão de floresta tropical e 12% das reservas de água doce do planeta.

Historicamente, o Brasil tem desempenhado um papel ativo e propositivo na formulação de conceitos estruturantes que moldaram o regime climático internacional, como o desenvolvimento sustentável, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, a Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Brasil também teve um papel de destaque ao sediar as duas conferências internacionais sobre sustentabilidade mais importantes da história: a **Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)** e a **Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável)**.

A Rio-92 foi um marco na governança ambiental global ao consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável, a aprovação da Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas e as Convenções sobre Biodiversidade, sobre Mudança Climática e sobre Desertificação.

Já a Rio+20 reafirmou o compromisso com o desenvolvimento sustentável, integrando as dimensões econômica, social e ambiental, e lançou as bases para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Brasil também tem contribuído com propostas inovadoras, como a idealização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no contexto do Protocolo de Quioto, que permite a países em desenvolvimento implementar projetos de redução de emissões e gerar créditos de carbono.

A atuação histórica e o potencial para liderar a agenda climática global posicionam o Brasil como um ator indispensável na busca por soluções para os desafios ambientais do século XXI.

Quesito 4. Desafios atuais para a governança climática

A governança climática enfrenta desafios complexos e interconectados, que refletem as tensões entre interesses econômicos, sociais e ambientais em um cenário global marcado por desigualdades e crises. Um dos principais obstáculos é a disparidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à responsabilidade histórica pelas emissões de gases de efeito estufa e à capacidade de implementar ações de mitigação e adaptação.

A falta de mecanismos de cumprimento vinculantes e a ausência de metas mais ambiciosas dificultam o alcance dos objetivos climáticos. Além disso, a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) tem sido insuficiente para limitar o aquecimento global a 1,5°C, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Embora mecanismos como o Fundo Verde para o Clima tenham sido criados para apoiar países em desenvolvimento, os recursos disponibilizados ainda estão aquém do necessário. A título de exemplo, a promessa dos países desenvolvidos, feita durante a COP15 em Copenhague, de mobilizar US\$100 bilhões anuais até 2020 foi cumprida com dois anos de atraso. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas em 2022 esses países conseguiram mobilizar um total de US\$115,9 bilhões para financiar ações de combate às mudanças climáticas em nações em desenvolvimento.

De acordo com o Fórum Mundial, a desinformação e as mudanças climáticas são apontadas como as maiores ameaças globais. Quando combinadas, elas dão origem à desinformação climática, caracterizada por conteúdos enganosos ou ilusórios que comprometem a compreensão dos fenômenos climáticos e seus impactos, incluindo a distorção de dados científicos.

Diante disso, o combate à desinformação climática torna-se indispensável para o fortalecimento da governança climática. Nesse contexto, em 2024, **o Brasil, em parceria com a ONU, lançou a Iniciativa Global pela Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas**, com o propósito de intensificar pesquisas e

implementar ações voltadas ao enfrentamento de campanhas de desinformação que prejudicam a resposta global à crise climática.

 Confira mais sobre o tema:

→ [ONU: Ações climáticas atuais são insuficientes para limitar aumento da temperatura global | As Nações Unidas no Brasil](#)

→ [Brasil e ONU lançam Iniciativa Global contra Desinformação Climática | Clipping](#)

→ [Países ricos cumprem com 2 anos de atraso meta climática - 29/05/2024 - Ambiente - Folha](#)

→ [Desinformação e mudanças climáticas são grandes ameaças globais do século 21 — Agência Gov](#)

Quesito 5. Avanços da COP28 (2023) e expectativa para a COP29 (2024)

A 28ª Conferência das Partes (COP28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em 2023 em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, marcou um importante avanço na agenda climática global. O evento destacou-se pela apresentação do **primeiro balanço global dos progressos alcançados em relação às metas estabelecidas no Acordo de Paris (“Global Stocktake”, GST).**

O relatório enfatizou os avanços na luta contra as mudanças climáticas desde a adoção do Acordo de Paris, mas também revelou lacunas significativas na implementação de compromissos climáticos, especialmente por parte dos países desenvolvidos. Essas falhas incluem esforços insuficientes na redução de emissões e no apoio financeiro aos países em desenvolvimento.

Ao final da Cúpula, o “Consenso dos Emirados Árabes” foi adotado pelas partes da COP 28. **O documento tratou, pela primeira vez sobre o tema de combustíveis fósseis** ao convocar os países-membros a adotar “a transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de uma forma justa, ordenada e equitativa, acelerando a ação nesta década crítica, de modo a atingir zero emissões líquidas [de gases de efeito estufa] até 2050”. Na ocasião, também foram aprovados o **Fundo de Perdas e Danos** e o **Objetivo Global de Adaptação**, para tratar dos impactos da mudança do clima.

Seguindo a proposta brasileira, a COP 28 lançou o **"Mapa do Caminho para a Missão 1,5"**. A iniciativa, liderada pelas presidências da COP 28 (Emirados Árabes Unidos), COP 29 (Azerbaijão) e COP 30 (Brasil), busca intensificar a cooperação internacional e aumentar a ambição nas próximas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), visando limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C.

Em 2024, durante a COP 29, realizada em Baku, no Azerbaijão, foi aprovado um acordo referente à **Nova Meta Quantificada Coletiva de financiamento climático**. O documento estabelece que os países desenvolvidos devem "assumir a liderança" no fornecimento de, no mínimo, US\$300 bilhões anuais até 2035, destinados a apoiar os países em desenvolvimento na implementação de ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e na adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Apesar de representar um aumento significativo, triplicando a meta anterior, o valor foi amplamente criticado por ser considerado insuficiente para atender às reais necessidades dos países em desenvolvimento, ficando aquém do esperado.

Na plenária final da COP 29, o Brasil recebeu do Azerbaijão a presidência designada da conferência. A COP 30, prevista para novembro de 2025, será realizada em Belém, no estado do Pará. Sedar o evento representa uma oportunidade histórica para o Brasil consolidar sua liderança nas negociações globais sobre mudanças climáticas e sustentabilidade.

 Confira mais sobre o tema:

→ [Resultados da COP28 | Clipping](#)

→ [Lançamento da 'troika' Emirados Árabes Unidos, Azerbaijão e Brasil para a "Missão 1.5" | Clipping](#)

→ [Governo celebra resultados da COP 28 nos Emirados Árabes — Planalto](#)

→ [COP29 termina com acordo sobre nova meta de financiamento climático global — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima](#)

Quesito 6. Principais interesses e objetivos do Brasil nas negociações climáticas

A atuação do Brasil nas áreas de clima e desenvolvimento está fundamentada na busca por um equilíbrio entre as vertentes econômica, social e ambiental, alinhando-se ao princípio do desenvolvimento sustentável. Essa abordagem reflete o compromisso do país com a promoção de uma agenda global que integre as dimensões econômica, social e ambiental, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

O país tem enfatizado a necessidade de combater o desmatamento, que é a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa no país, e de conservar suas florestas. Nesse sentido, a **reativação do Fundo Amazônia em 2023** foi um marco importante, permitindo o financiamento de projetos voltados à preservação da Amazônia e de outros biomas sensíveis, como o Cerrado e o Pantanal. Essas ações visam não apenas proteger a biodiversidade, mas também mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Outro objetivo central do Brasil nas negociações climáticas é a defesa da ampliação do financiamento climático para países em desenvolvimento. O país argumenta que a transição para uma economia de baixo carbono e a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas dependem de recursos financeiros significativos, que devem ser disponibilizados de forma justa e equitativa. Além disso, o Brasil tem promovido a pauta de transferência de tecnologia, defendendo que os países desenvolvidos compartilhem inovações tecnológicas que possam acelerar a implementação de soluções sustentáveis nos países em desenvolvimento.

O Brasil também tem buscado implementar políticas públicas robustas para enfrentar a mudança do clima, combater o desmatamento e preservar as florestas. Essas políticas incluem o fortalecimento da governança ambiental, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a transição para fontes de energia renovável.

Quesito 7. Enfrentamento às mudanças climáticas em iniciativas domésticas e na presidência brasileira do G20

No plano interno, o Brasil possui instrumentos legais e institucionais voltados para o enfrentamento das mudanças climáticas. A **Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**, instituída em 2009, estabelece diretrizes para a redução de emissões e a adaptação aos impactos climáticos. Entre as metas previstas, destacam-se a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, o incentivo ao uso de biocombustíveis e a ampliação da eficiência energética. Para sua implementação, foram criados instrumentos como o **Plano Nacional sobre Mudança do Clima** e o **Fundo Nacional sobre Mudança do Clima**.

Desde 2023, está em desenvolvimento uma nova versão do **Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima)**, que servirá como guia para a política climática brasileira até 2035. Previsto para ser apresentado em 2025, o plano está sendo elaborado com ampla participação da sociedade e definirá ações para que o Brasil reduza suas emissões de gases de efeito estufa e se adapte aos impactos das mudanças climáticas, que se intensificam ano a ano. Conforme mencionado anteriormente, esse plano é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), que também está passando por atualização.

Ainda em 2023, o Brasil assumiu a presidência do G20. Na ocasião, foi criado um **Grupo de Trabalho (GT) de Sustentabilidade Ambiental e Climática** com o objetivo de promover a cooperação entre os países para avançar a agenda ambiental, buscar soluções para a emergência climática e promover o desenvolvimento sustentável.

O Brasil também anunciou a criação de uma **Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima**, na qual convocou líderes globais a consolidar esforços e promover respostas coordenadas diante do desafio da mudança climática.

Outra inovação da presidência brasileira do G20 foi a **Iniciativa sobre Bioeconomia**, que resultou na formulação de 10 Princípios de Alto Nível sobre

Bioeconomia, desenvolvidos em conjunto por técnicos dos países-membros do fórum. Os princípios incluem o compromisso com a inclusão e equidade, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. Além disso, destacam a importância de intensificar os esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas globais, em conformidade com os acordos climáticos multilaterais aplicáveis.



Confira mais sobre o tema:



[Plano Clima — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima](#)



[G20 chega a consenso e estabelece princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia — Secretaria de Comunicação Social](#)

Quesito 8. Noções de transição energética e “transição justa”

A transição energética refere-se ao processo de transformação dos sistemas de produção, distribuição e consumo de energia, com o objetivo de substituir fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis (como petróleo, carvão e gás natural) por fontes renováveis e sustentáveis, como solar, eólica, hidrelétrica, entre outras. Essa mudança busca reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover um modelo energético mais limpo, eficiente e resiliente.

No entanto, a transição energética também carrega implicações sociais, econômicas e políticas que devem ser consideradas. Embora os efeitos das mudanças climáticas sejam globais, eles não são sentidos de maneira uniforme. As populações mais vulneráveis frequentemente enfrentam os maiores desafios, tanto em relação aos impactos climáticos quanto aos custos e transformações associados à transição energética.

Nesse sentido, o termo “transição energética justa”, cunhado pelo *World Energy Council*, reflete a necessidade de garantir que os benefícios dessa transformação sejam amplamente distribuídos e que os custos e desafios associados não recaiam desproporcionalmente sobre grupos vulneráveis.

Para que a transição para uma economia de baixo carbono seja verdadeiramente justa, é necessário priorizar políticas públicas que atendam às necessidades das comunidades mais afetadas. Isso inclui medidas como a requalificação profissional de trabalhadores de setores intensivos em carbono, o fortalecimento de redes de proteção social e o investimento em infraestrutura sustentável em áreas vulneráveis. A transição deve, portanto, ir além da sustentabilidade ambiental, incorporando uma dimensão social que promova inclusão, justiça e equidade.

Em suma, a transição energética deve ser vista como uma oportunidade não apenas para combater as mudanças climáticas, mas também para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o desenvolvimento sustentável seja acessível a todos, sem deixar ninguém para trás.

 Confira mais sobre o tema:

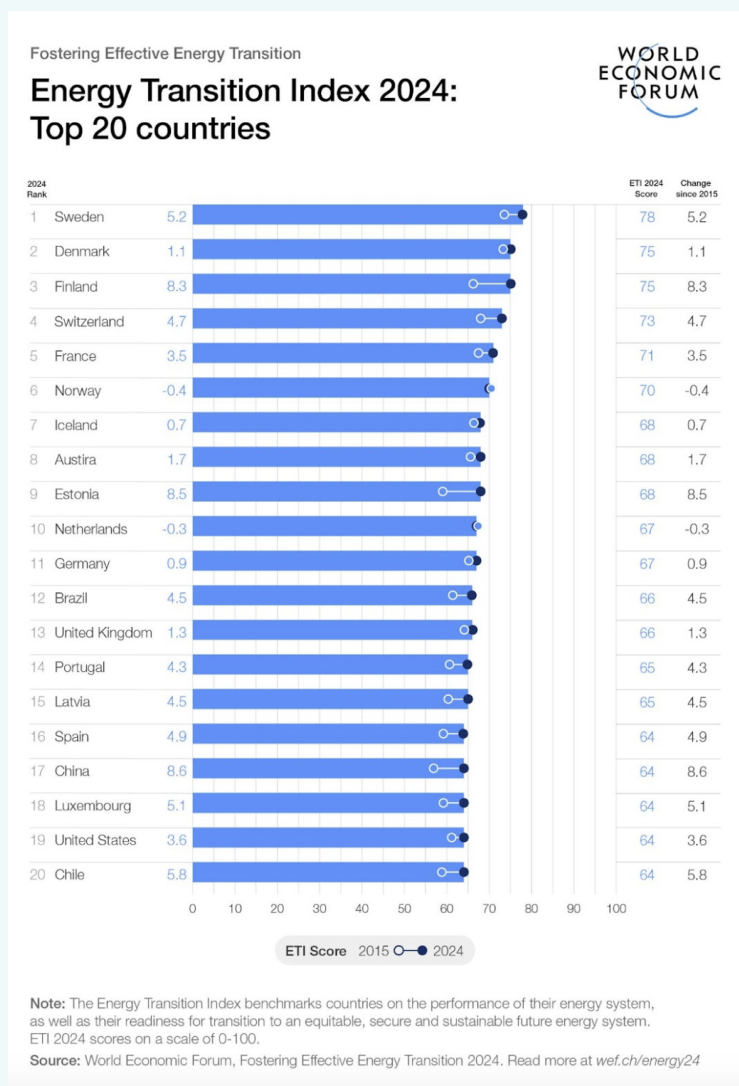
 [COP 28 e transição energética justa | UNICEF Brasil](#)

Quesito 9. Posição do Brasil na transição energética

O Brasil destaca-se por possuir uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, resultado, em grande medida, do expressivo aproveitamento de seus recursos hídricos para a geração de energia elétrica.

Segundo o Balanço Energético Nacional (BEN) de 2024, a **renovabilidade da matriz energética brasileira alcançou 49,1%**, um índice significativamente superior à média global de apenas 14,7%. **Na matriz elétrica, esse percentual é ainda mais expressivo, alcançando 89%**, enquanto a média mundial é de apenas 29%.

De acordo com a 14ª edição do relatório "Fostering Effective Energy Transition 2024", do Fórum Econômico Mundial, o Brasil é um dos países que mais avança na implementação de ações para a transição energética. Segundo o documento, **o país subiu para a 12ª posição no Índice de Transição Energética (ETI)**, ficando em primeiro lugar entre os países emergentes, entre todos os países da América, e em terceiro entre as nações participantes do G20.



Fonte: Fórum Econômico Mundial

Um dos principais fatores que impulsionaram a ascensão do Brasil no ranking foi o compromisso de longo prazo com a energia hidrelétrica e os biocombustíveis, complementado por avanços expressivos na geração de energia solar e eólica. Além de diversificar sua matriz energética, o país também intensificou os investimentos em infraestrutura sustentável, implementou programas de incentivo e promoveu o desenvolvimento tecnológico para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

🔍 Confira mais sobre o tema:

➡ [How Brazil and Chile are leading Latin America's energy transition | World Economic Forum](#)

→ [Fontes renováveis atingem 49,1% na matriz energética brasileira – Ministério de Minas e Energia](#)

→ [Para Fórum Econômico Mundial, Brasil é o 1º das Américas em transição energética – Agência Gov](#)

Quesito 10. Objetivos de desenvolvimento sustentável e oportunidades com a COP 30

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU em 2015 como parte da Agenda 2030, representam um conjunto de 17 metas globais que buscam equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Esses objetivos abrangem áreas como saúde, educação, igualdade de gênero, energia limpa, ação climática, entre outros, e demandam esforços coordenados entre governos, sociedade civil e setor privado. Dentre os objetivos relacionados ao clima, destacam-se os ODS 7, 11, 12 e 13.



O ODS 7 busca assegurar o **acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos**. Suas metas incluem aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global até 2030; dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética e facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa.

O ODS 11 tem como objetivo **tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**. A urbanização crescente exige soluções inteligentes para infraestrutura, transporte, moradia, segurança pública e gestão de resíduos. Também envolve o planejamento de espaços verdes e a promoção de meios de transporte acessíveis e não poluentes.

Já o ODS 12 busca assegurar **padrões de consumo e produção responsáveis**, promovendo a eficiência no uso de recursos, a redução de desperdícios e a gestão

sustentável de resíduos. Entre as metas do ODS 12, destacam-se a redução pela metade do desperdício global de alimentos per capita, a promoção de práticas empresariais sustentáveis e a conscientização dos consumidores sobre escolhas mais responsáveis.

Por fim, o ODS 13 enfatiza a necessidade de **ações urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos**. As metas do ODS 13 incluem a integração de medidas climáticas nas políticas nacionais, a melhoria da resiliência e capacidade de adaptação a desastres relacionados ao clima e o fortalecimento da educação e conscientização sobre mudanças climáticas

Em 2024, o Brasil divulgou o "Relatório Nacional Voluntário", apresentando um balanço sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no período de 2016 a 2022. O documento revelou que **apenas 14 das 169 metas (8,2%) foram plenamente alcançadas**. Durante a Cúpula do Futuro, realizada no mesmo ano, o presidente Lula alertou que, “no ritmo atual de implementação, apenas 17% das metas da Agenda 2030 serão cumpridas dentro do prazo”.

Na ocasião, o presidente também destacou que, como preparação para a COP 30, irá trabalhar em conjunto com o Secretário-Geral da ONU por um balanço ético global, reunindo diversos setores da sociedade civil para pensar a ação climática sob o prisma da justiça, da equidade e da solidariedade.

 Confira mais sobre o tema:

→ [Brasil apresenta objetivos de desenvolvimento sustentável na ONU | Clipping](#)

→ [Participação do Brasil na Cúpula do Futuro | Clipping](#)

→ [Na ONU, Lula propõe balanço ético das ações internacionais de combate à mudança do clima — Agência Gov](#)

→ [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil](#)